



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº: 0512257/2019

PA COPAM Nº: 28522/2012/004/2019

SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR: Leonardo de Almeida Braga **CPF:** 627.536.226-04

EMPREENDIMENTO: Fazenda Labraga I **CPF:** 627.536.226-04

MUNICÍPIO: Formiga **ZONA:** Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- 1 (O empreendimento está localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados do CECav-ICMBio).

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-08-9	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento.	2	1

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Jaime José Veloso – responsável pela elaboração do RAS.

Elessandro Lamounier – responsável pelo estudo de prospecção espeleológica.

REGISTRO:

CREA-MG: 04.0.0000127637

CREA-MG: 04.0.0000074133

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Helena Botelho de Andrade – Analista ambiental – Formada em Agronomia.

1.373.566-7

Helena
Helena Botelho de Andrade
Diretoria Técnica - SUPRAM/ASF
MASP: 1.373.566-7

De acordo:

Guilherme Tadeu Figueiredo Santos – Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.395.599-2

Guilherme
Guilherme Tadeu F. Santos
Gestor Ambiental/SISEMA
MASP: 1.395.599-2



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0512257/2019

O empreendimento Fazenda Labraga I atua no ramo de produção animal, exercendo suas atividades no município de Formiga - MG. Em 24/07/2019, foi formalizado, na Supram-ASF, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Conforme informado, o empreendimento opera desde 10/12/2018. Em 25/06/2019 em análise ao processo 28522/2012/003/2019 o empreendimento foi autuado pelo AI 198900/2019 por operar sem licença, sendo solicitado também a apresentação de um cronograma de desativação. Como o referido cronograma de desativação não foi apresentado, o empreendedor foi autuado por descumprir determinação do servidor e por autuar sem licença pelo AI 198932/2019.

É desenvolvida a atividade de Criação de bovinos, em regime de confinamento com capacidade instalada de 850 cabeças, sendo caracterizada como classe 2, conforme DN217/2017. Além disso conforme observado nos estudos apresentados, também são desenvolvidas as atividades de Formulação de rações e culturas anuais (milho, soja e sorgo), com a produção de 525 toneladas/ano, e o plantio de milho e feijão em 57 ha na forma de rotação de culturas.

Conforme informado pelo responsável técnico, há a incidência de critério locacional 1 visto que o empreendimento está localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados do CECAV-ICMBio.

A propriedade está localizada na zona rural do município de Formiga (Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000: 20°41'18,36"S; 45°40'31,18"O), matrículas 21.549, 23.898, 14.437, 23.227 e 14.444 com área total de 109,2472 ha.

Conforme a certidão de registro de imóveis, em 2014 foi averbada na matrícula 23.898 a área de 0,20 ha de RL, sendo esta área 20 por cento da área da referida matrícula. Em 2014 também foi averbada na matrícula 14.437 a área de 04,10 ha de RL, sendo esta área 20 por cento da área da referida matrícula. A RL referente a matrícula 23.227 também foi averbada em 2014 com área de 3,60 ha dividida em duas glebas, com 01,88 ha e 01,72 ha, sendo estas áreas 20 por cento da área da referida matrícula. A RL referente a matrícula 21.549 também foi averbada em 2014 com área de 10,1510 ha de cerrado, sendo esta área 20 por cento da área da referida matrícula. A RL referente a matrícula 14.444 também foi averbada em 2014 com área de 03,96,00 ha, dividida em duas glebas, com 01,82,00 ha e 02,14,00 ha, sendo estas áreas mais de 20 por cento da área da referida matrícula

O registro de inscrição no CAR apresentado é o de n. MG-3126109-A433.F38D.AD90.4B8C.B908.987B.9048.E7A4. Conforme verificado por imagens de satélite, houve intervenção em vários pontos da RL, totalizando a intervenção em 5,09 ha. Desta forma foi lavrado o AI 198933/2019 por intervir em RL e descumprir termo do IEF. Também foi solicitado um PTRF pelo empreendedor e aprovado pela equipe técnica da Supram-ASF.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos da atividade de bovinocultura, e a geração de efluentes líquidos domésticos gerado nos sanitários da fazenda.

16/08
[Assinatura]



Quanto ao efluente sanitário, foi apresentado arquivo fotográfico e informado que as fossas sépticas estavam sendo instaladas. Desta forma, como o empreendimento já opera desde 09/01/2019, foi lavrado o AI n. 198932/2019 por causar poluição visto que o efluente sanitário não era tratado. O efluente da atividade de bovinocultura é composto por água de lavagem, urina e esterco, que é encaminhado para um tratamento biológico em tanque impermeabilizado. Posteriormente este efluente estabilizado é utilizado para a fertirrigação.

O efluente líquido industrial é proveniente da lavagem das instalações Free stal, da lavagens da instalação da ordenha e da limpeza final dos equipamentos em geral. Este efluente é tratado em um sistema de tratamento composto por tratamento preliminar, onde há a remoção de resíduos sólidos grosseiros através de peneiramento, e o tratamento secundário onde ocorre a estabilização da matéria orgânica, através de processo biológico anaeróbico seguido de processo biológico aeróbico os quais se desenvolvem em lagoas de estabilização.

Após o tratamento é realizada a fertirrigação do efluente tratado em uma área de aproximadamente 57,00 ha onde ocorre a rotação de culturas entre soja, sorgo e milho. Foi apresentado plano de fertirrigação com ART do profissional.

Falar do pátio de secagem do esterco, condicionar para adequar o local

Quanto aos resíduos sólidos estes são o lixo doméstico, os resíduos de saúde como agulhas para a vacinação do gado e também as embalagens de herbicidas utilizados nas culturas. Os resíduos de saúde são destinados para a empresa Ambientec. Foi informado ao empreendedor que todos os resíduos sólidos deverão ser encaminhados para empresas regularizadas ambientalmente.

Por meio de arquivo fotográfico o empreendedor mostrou as áreas de armazenamento temporário de resíduos sólidos. O local de armazenamento temporário de resíduos sólidos deverá ser adequado conforme estabelecido nas normas da ABNT NBR 10.004, e obedecendo aos requisitos das NBR's 11.174 e 12.235, fato que será objeto de condicionante do presente parecer.

Foi apresentado estudo de prospecção espeleológica sendo informado e concluído que não foi identificado na área de influência um único afloramento rochoso.

Foi apresentada cópia de documento da Agência Nacional de Águas informando a aprovação da outorga de direito de recursos hídricos de Leonardo de Almeida Braga no reservatório da UEH Furnas no rio Grande, município de Formiga para a irrigação e a dessedentação de animais.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Leonardo de Almeida Braga (Fazenda Labraga I)" para a atividade de "Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento", no município de Formiga - MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

16/08/2019



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada de "Leonardo de Almeida Braga (Fazenda Labraga I)".

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Adequar o local de secagem de esterco de forma que não receba a água da chuva. Apresentar arquivo fotográfico.	90 dias
03	Adequar o local de armazenamento temporário de resíduos sólidos conforme estabelecido nas normas da ABNT NBR 10.004, e obedecendo aos requisitos das NBR's 11.174 e 12.235. Apresentar arquivo fotográfico.	90 dias
04	Cercar as áreas de RL.	120 dias
05	Apresentar relatório técnico e fotográfico do cumprimento do PTRF apresentado, protocolo R0124180/2019.	Anualmente

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ASF, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

16/08/2019
[Assinatura]



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada de "Leonardo de Almeida Braga (Fazenda Labraga I)".

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída da ETE ⁽¹⁾	DBO, DQO, pH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos, substâncias tensoativas que reagem com o azul de metileno, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais.	<u>Semestral</u>
Na entrada da primeira lagoa (efluente bruto), e na saída da última lagoa (efluente tratado).	Vazão, DBO, DQO, pH, sólidos suspensos e sólidos sedimentáveis, N, P, K, Na e Cu.	<u>Semestral</u>

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: Entrada do 1º lagoa (efluente bruto). Saída da última lagoa (efluente tratado). Efluente sanitário: Entrada da fossa (efluente bruto). Saída do filtro (efluente tratado).

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram-ASF, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Handwritten signature

Handwritten signature



Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1- Reutilização	4 - Aterro industrial	7 - Aplicação no solo
2 - Reciclagem	5 - Incineração	8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
3 - Aterro sanitário	6 - Co-processamento	9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

3. Fertirrigação nos solos

Apresentar **anualmente** à Supram-ASF, relatório técnico com arquivo fotográfico das áreas fertirrigadas, conforme plano de fertirrigação apresentado. O relatório deverá conter a ART do profissional e ser baseado em análises de solo do local de 0 -20 cm e 20 – 40 cm. Parâmetros para análise de solo: pH, Matéria Orgânica, NPK, Al, Ca, Mg, Na, Cu, Zn, granulometria, argila natural, CTC, saturação de bases, densidade real e densidade aparente.

[Handwritten signature]
10/10